



Cruesp cancela reunião de negociações, afronta nossa luta por mais recursos para a educação e mostra-se escudeiro do governador Zeroaldo Alckmin

"O que o governo está semeando é uma tempestade. Todos devemos estar preparados para a tempestade que se anuncia com esses ventos. Essa será, muito provavelmente, a ocasião em que os diferentes setores, classes e grupos sociais subalternos, organizados e atuantes, encarregar-se-ão de "educar duramente o Estado", criando um novo e transparente metabolismo entre as tendências predominantes na sociedade civil e um outro e novo Estado."

Octávio Ianni – Ato contra a Reforma da Previdência, junho 2003

A resposta do Cruesp ao Ofício do Fórum das Seis é absurda!

Agora que está absolutamente clara a disponibilidade de recursos para que se defina um reajuste salarial na data base, ele enreda-se cada vez mais em exigir manifestações do Fórum contra ações do movimento que classificam como violentas. Quanto a garantir que não haverá qualquer tipo de coerção, punição ou constrangimento ao livre exercício do direito de greve, nenhuma linha. Ao contrário, o movimento paralelo que começa se está adotando é o da coação policial, com ameaça de corte de salários.

O Cruesp omitiu-se ao longo de toda nossa luta na LDO, por mais verbas para as universidades, Centro Paula Souza e a educação em geral. Mas neste ofício atacam os manifestantes que demonstraram sua indignação diante do ato lesivo à educação estadual cometido pelos deputados governistas. Eles excluíram todas emendas que propunham aumento destes recursos para as universidades e para a educação em geral no Estado.

"... Acreditamos que o Fórum também considere que as imagens veiculadas pela TV no dia 13/07 e pelos jornais no dia seguinte nas quais se viu um grupo de manifestantes invadir aos gritos o plenário da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e ameaçar Deputados, não são representativas do sentimento, da educação e do apreço à democracia que vigoram na comunidade acadêmica das três universidades estaduais paulistas."

"...Acreditamos finalmente que o Fórum consiga retomar o compromisso que há muitos anos tem com a defesa da universidade pública paulista, manifestando seu repúdio a essas ações recentes que tanto vêm prejudicando o ensino superior público no Estado de São Paulo." (!!!!!!)

Pois o ato "deseducado" dos manifestantes colocou em rede nacional a indignação daqueles que estavam na Assembleia Legislativa pressionando os "representantes do povo" por mais verbas para a educação. Temos certeza de que não foi o silêncio dos Reitores ao longo destes 50 dias de greve que abriu um grande

ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP

Hoje - 19 de julho, às 14h00, no Auditório da Adunicamp

Indicativos do Fórum das Seis

1. Continuidade da Greve;
2. Reabertura imediata das negociações;
3. Repúdio à ação policial em qualquer campus das Universidades;
4. Ato pela reabertura de negociações, contra punições e contra a presença de polícia nos *campi* universitários - dia 21 de julho (4ª feira), 12h00, no gramado da Reitoria da USP.

espaço de discussão na sociedade sobre o financiamento da universidade e da educação em geral.

É bom ter em mente que a postura clássica e histórica dos setores conservadores da sociedade brasileira é tentar tratar os movimentos sociais organizados, fonte de todo avanço democrático obtido na sociedade brasileira, como caso de polícia...

As entidades que compõem o Fórum das Seis não podem retomar o compromisso com a defesa da Universidade Pública, gratuita, laica, de qualidade socialmente referenciada. Não podem, porque só retoma quem abandonou! E as Universidades Públicas só têm resistido a todos os ataques governamentais, vindos de governos e de partidos, pela postura firme do movimento de docentes, funcionários e estudantes na defesa dessa instituição, patrimônio da sociedade brasileira. Já os reitores, não ousam se manifestar contra políticas governamentais, seja de que partido for...

Por fim, a manifestação final do Cruesp

demonstra submissão ou alinhamento ao governo Zeroaldo Alckmin que nos aplicou o confisco previdenciário de 5% e ainda deixou a conta das aposentadorias para ser paga pelas universidades, patrocinou o decreto 48.034 que reduz as receitas vinculadas (universidade, prefeituras etc), amplia a renúncia fiscal e permite a operação de uma enorme máquina de sonegação fiscal no Estado que compromete não apenas a educação, mas todo conjunto dos serviços públicos estratégicos e essenciais para a população.

Não é admissível que o Cruesp ataque nosso movimento para socorrer um governo cuja aprovação caiu de 58 para 51 pontos em função de suas ações anti-populares neste ano. Pior ainda, é inadmissível que o Cruesp negociasse enquanto podia alegar insegurança quanto ao crescimento do ICMS e agora que a disponibilidade de recursos está clara, demonstre alinhamento com a política do governador Zeroaldo Alckmin de fazer caixa com o confisco de reajustes salariais.

Basta de manobras diversionistas. Negociações efetivas já!

FORUM

**das
seis**

STU
Sintusp
Sintesp
Sintunesp
Aduniramp
Adusp-S.Sind.
Adunesp-S.Sind.

Ofício nº 020/04

São Paulo, 16 de julho de 2004.

Ilmo Sr.

Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz

MD. Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas

Senhor Presidente,

Reiterando os termos do ofício nº 18/04 de 13/7, o Fórum das Seis, reunido em Campinas no dia 16/7, pondera, mais uma vez, que o caminho das punições e da ação policial é inaceitável para o encaminhamento das justas reivindicações salariais dos docentes e funcionários da USP, UNESP e UNICAMP.

Reiteramos também que, face a evolução do ICMS de São Paulo, a solução real não está na tergiversação contra-factual, e sim na reabertura imediata de negociações, com a discussão de um reajuste digno na data-base de 2004.

Atenciosamente,

Prof. Milton Vieira do Prado Junior
Coordenador do Fórum das Seis

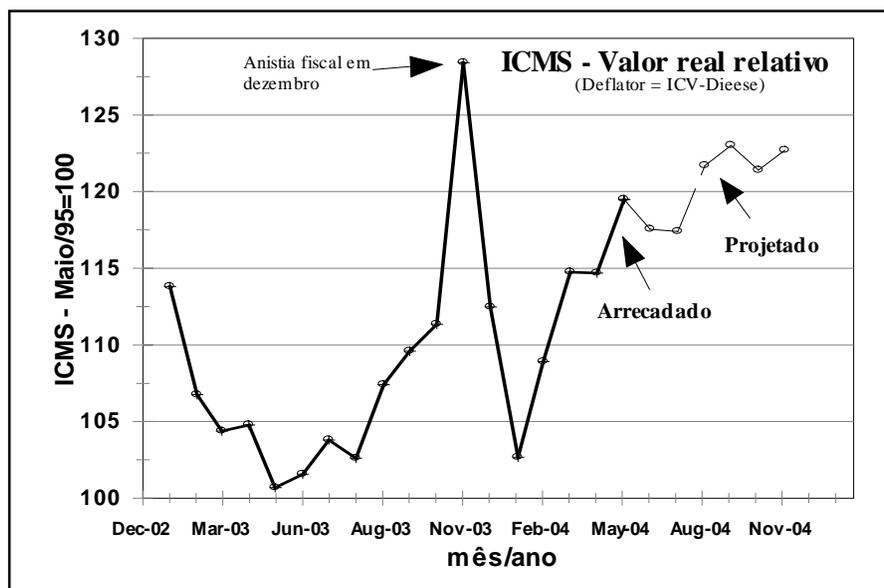
O Tempo é Senhor da Razão...

O Cruesp retardou, mas entregou a planilha com o comprometimento salarial das universidades no mês de julho. O argumento de falta de recursos para repor as perdas inflacionárias é indefensável! Veja:

Comprometimento salarial das Universidades no mês de julho/2004 (%)			
Total	Unesp	Unicamp	USP
82,24	83,99	83,89	80,71

Primeiro, o crescimento do ICMS era incerto e não havia recursos para reajuste. Todavia isso agora não se sustenta mais. Em maio/03 a arrecadação atingiu um fundo de poço muito mais profundo do que a queda de atividade econômica. Mas o gráfico mostra que desde então houve uma progressiva recuperação do valor real do ICMS.

Agora que a arrecadação dos últimos três meses manteve a tendência de crescimento, confirmando nossas previsões, os reitores querem desviar o foco das atenções. Invocam até mesmo formas inaceitáveis de repressão, como a convocação da PM para dentro do campus, visando manter um absurdo confisco salarial!



O desconto da habitação é inconstitucional!

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional, em 17/09/2002, que o aumento da alíquota de ICMS constante dos artigos 3º a 9º da lei 6.556 de 30/11/89 seja destinado à habitação. Os juizes do STF interpretaram este aumento de alíquota como equivalente a um imposto com destinação específica, o que é inconstitucional. Muito embora o executivo esteja repassando 25% do montante arrecadado com este aumento de alíquota aos municípios - este ano esta quantia é de R\$ 650,4 milhões -, a parte do aumento de alíquota que corresponde ao estado continua sendo descontada da quota-parte do ICMS antes de calcular os 9,57% destinados às universidades estaduais. Tendo em conta que este volume de recursos é de R\$ 487,8 milhões (conforme pode ser depreendido da própria planilha do Cruesp), constatamos uma perda de receita global para as universidades de

cerca 1,57%. Está claro que este montante, se incluído na receita das universidades diminuiria ainda mais o comprometimento do orçamento fiscal da USP, UNESP e UNI CAMP com salários.

Seria interessante saber porque as reitorias das universidades estaduais não tomaram as medidas administrativas ou judiciais cabíveis para reaver este dinheiro. Será que não sabiam da decisão do STF? De todo modo, o Fórum das Seis, que ao contrário do que é propalado pelo Cruesp é, há muito tempo, uma das forças vivas que lutam em defesa da educação pública e gratuita em São Paulo, estuda as providências adequadas para transformar a deliberação do STF em mais verbas para as universidades estaduais.

Será que, ao contrário do que aconteceu na LDO, desta vez as reitorias irão colaborar?

Contra a ação policial nas universidades

O Fórum das Seis repudia, veementemente, a ação policial nas Universidades com o intuito de intervir em questões relativas a movimentos organizados, particularmente em momentos de greve.

A atitude dos reitores da USP e da UNESP, ao optarem por ações repressoras, em detrimento da efetiva negociação (negociação de fato, e não apenas apresentar seis vezes 0% de reajuste) propicia o retorno a tempos sombrios da história recente do país e da própria Universidade, tempos em que a ditadura militar reprimia com violência toda e qualquer ação de contestação dos movimentos sociais organizados.

Neste momento, decorridos mais de 60 dias de greve nas três Universidades Públicas Paulistas, o CRUESP revela sua incapacidade política de negociar com o Fórum das Seis, culminando em intransigência injustificável. Ressalte-se que os piquetes estão instalados na USP desde maio, início da greve, e nesse período ocorreram seis reuniões do CRUESP com o Fórum. Até então, os piquetes não eram apresentados como obstáculo à negociação. O que mudou? Será que o aumento do ICMS, acima até mesmo das previsões do próprio Fórum, transformou os piquetes em falsa desculpa?

A solução da greve está na reabertura imediata de negociações e na definição de um índice digno para o reajuste na data-base e não em ação policial.

Não à repressão!

Reabertura imediata de negociação!

**Contra qualquer tipo de punição e perseguição a docentes,
funcionários e estudantes!**

Pelo respeito ao pleno exercício do direito de greve!

Zeroaldo Alckmin promete, talvez, 10% para os trabalhadores do Centro Paula Souza

O Governador Zeroaldo Alckmin, mantendo a política adotada pelos governos do PSDB no Estado de São Paulo desde 1996, descumpra a aplicação da política salarial do CRUESP para os trabalhadores do Centro Paula Souza e, apesar de admitir que os salários são extremamente baixos, anuncia que talvez encaminhe à ALESP projeto de lei com 10% de reajuste.

Esse reajuste, se for efetivado, só será pago a partir de outubro. Isto significa que o governador estará, inclusive, burlando uma lei encaminhada por ele mesmo à Assembléia: na Lei Orçamentária de 2003, destinou 171 milhões de reais para a folha salarial do Paula Souza, o que permitiria um reajuste de 35,54% e agora, ao propor 10%, ira gastar de fato apenas 159 milhões.

Para onde irá a diferença de 12 milhões, usurpados dos salários dos trabalhadores do Centro Paula Souza? Em ano eleitoral, as suspeitas são ainda maiores...

Não satisfeito com os resultados já obtidos em sua ação de sucateamento do patrimônio público, representado pelo Centro Paula Souza, o governador e sua base parlamentar (PSDB, PPS, PFL, PDT, PTB, PRONA, PRP, PSC, PV) impediram, às custas de repressão policial e negociações privadas, que fosse discutida e votada em plenário a emenda aglutinativa que propunha aumento de recursos para as Universidades Públicas Paulistas e para o Centro Paula Souza.

É por essa história de desrespeito que já foi lançada a campanha:

Cidade que tem ETE e FATEC não vota no PSDB!